

A accountability na Câmara Municipal de Juiz de Fora – a quem os vereadores representam?

Por

Wallace Faustino da Rocha Rodrigues¹

1. Introdução ou breves notas para a compreensão do texto como um todo

De algum modo, pode-se considerar os vereadores como os atores encontrados no interior da política que estão mais próximos da sociedade civil. Qualquer pessoa pode entrar na Câmara Municipal, geralmente encontrada no centro de sua respectiva cidade, e transitar entre os gabinetes da vereança. Qualquer pessoa pode, também, entrar nestes gabinetes e se informar sobre aquele representante.

Da mesma maneira, qualquer pessoa pode assistir às votações plenárias e fazer críticas aos que ali participam da votação. Tanto é que geralmente observa-se a consulta a alguns dos órgãos tidos como de representação social – tais como sindicatos, associações de moradores, diretórios centrais dos estudantes da universidade do município etc – num observado sinônimo de garantia à participação das decisões tomadas. Será?

Tratar da questão da representatividade política é algo extremamente espinhoso. No senso comum, o assunto tende a cair no simplismo de se crer que os representantes políticos querem apenas garantir seus interesses e, então, se apropriam da máquina pública para conseguí-lo. Portanto, nestas análises, qualquer compromisso moral desses políticos é completamente deixado de lado, bastando a crítica ao comportamento.

Em termos analíticos, como as inúmeras escolas de ciência política têm demonstrado, para se analisar o comportamento desses representantes, cabe uma chave interpretativa balisada na questão da ação humana. Tais representantes se comportam segundo um cenário previamente estabelecido: o ambiente no qual se encontram. Esse cenário dita as regras de seu comportamento induzindo-o a agir dessa ou daquela forma (FIGUEIREDO E LIMONGI, 2001).

O problema engendrado nesse caminho analítico é a questão da racionalidade dos atores envolvidos coadunada, como já fora anteriormente mencionado, com a

¹ Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e mestrando em Ciências Sociais pela mesma instituição.

moralidade notoriamente envolvida na política. Isso porque ao se estabelecer um plano político, no qual o representante se baseia para conseguir angariar os seus votos, recorre-se, de alguma maneira, ao compromisso estabelecido com aquele ambiente no qual planeja entrar. Por exemplo: alguém que simplesmente se comprometa a aumentar os salários de uma determinada categoria profissional, em caso de eleição como candidato, deve-se ao fato de ele reconhecer que a estrutura política na qual pretende se inserir possui instrumentos que permitam alguém no posto pretendido fazer isso.

Não diz-se, aqui, que os pressupostos dos candidatos são coerentes com a realidade da estrutura política. Pelo contrário, uma incoerência absurda pode ser facilmente detectada. No entanto, não deixa de haver um comprometimento com a estrutura política, tal como a concebe, diante de sua base eleitoral. O candidato, neste caso, tenta estabelecer um elo entre os seus anseios com as expectativas dos eleitores levando sempre em conta os elementos estruturais que compõem o cenário político – independentemente de seu entendimento quanto às estruturas do ambiente político.

O que tenta-se fazer aqui, neste trabalho, é não reduzir o entendimento que se tem de comportamento dos atores políticos inseridos na arena política propriamente dita, à simples dicotomia ação-ganhos materiais. De alguma maneira resgata-se Schumpeter e sua compreensão da democracia como um método (1961). Realmente, nesse prisma, a democracia representativa subentende a apropriação do mecanismo político como forma de satisfazer aos anseios sociais de um determinado grupo impossibilitado, por diversas questões, de exercer a auto-representação. Contudo, reforçando o que já fora dito, reduzir toda essa análise ao simplismo da ação não basta – Schumpeter mesmo não o fez.

Reata-se, assim, a perspectiva estrutural, conservada, para efeitos de embasamento teórico deste texto, nos estudos de Argelina Figueiredo e Fernando Limongi, como indutora do comportamento político dos representantes (2001). O ambiente político da democracia representativa com todo o viés competitivo inerente ao seu funcionamento, induz os indivíduos, representantes ali presentes, a agirem de forma às vezes diferentes daquela inicialmente visualizada por eles mesmos. Claro, o oportunismo deve ser considerado em alguma medida, principalmente em se tratando de Brasil – mas depois dar-se-á mais atenção a ele. O que importa, no momento, é destacar o fato de que não faz sentido falar somente de ação e oportunismo dos atores políticos. Não se trata de simples casuísmo que leva esses atores a se apropriarem da coisa pública.

Em se tratando de Brasil e fundamentado em uma base empírica consolidada, reforça-se o fato de se desejar uma distância ao viés epistemológico normativo. Não cabe, aqui, a descrição de ambientes ideais, de finalidades utópicas. Claro, eles têm seu valor. Entretanto, anseia-se por conservar, neste trabalho, um caráter empírico.

Como fora demonstrado em outra ocasião por Simon Schwartzman, o Brasil possui bases autoritárias que circunscrevem e limitam o raio de ação do sistema democrático (1988). Em um sentido de complementação e ruptura com o pensamento de Oliveira Vianna (1987), Schwartzman tenta compreender o porquê de haver no Brasil esse oportunismo frente à coisa pública, levando indivíduos a ingressar no meio político como forma de satisfazer os anseios pessoais.

Para tentar responder à essa questão, o autor encontra no desenvolvimento econômico e social os elementos explicadores para esse “atraso”. Ou seja, o sistema democrático implantado para bem ou para mal no Brasil fora quase completamente copiado de países que possuem um sistema econômico-político-social solidificado nas bases do desenvolvimento descrito pelas teorias modernas². Ou seja, o Brasil, um país de alguma forma marginal a esse desenvolvimento não se enquadraria de maneira alguma à essa estrutura política democrática. Assim é que vários “coronéis”, homens mais próximos da tradição do senhor de engenho do que do homem moderno inaugurado pela filosofia kantiana, assumem o encargo de representantes políticos. Como tradicionalmente esses homens operam no sistema de realização dos anseios particulares, logicamente se apropriarão da coisa pública para a realização desses anseios (LEAL, 1976).

A pergunta é: como associar uma particularidade de desenvolvimento social como a realidade brasileira a um modelo idealizado de democracia que visualiza um liberalismo e, portanto, uma mentalidade burguesa distinta da desenvolvida nesse país. Ora, os constrangimentos inerentes à mais pura das estruturas democráticas modernas –

² Após os estudos de Florestan Fernandes, não se deve enganar ao afirmar que o Brasil não entrou na modernidade. Talvez a sua modernidade não seja a mesma idealizada pela Europa, que tinha a civilização industrial como o ápice do desenvolvimento humano – quase o fim de uma história. O Brasil cria a sua própria modernidade em seu universo particular; desenvolve sua própria revolução burguesa; e solidifica as bases para um caminho no século XX e, por que não, XXI. Assim, tal como Florestan Fernandes tentou identificar elementos diferentes para uma revolução burguesa à brasileira – e a criação de toda a mentalidade burguesa descrita pelo mais catedrático dos teóricos sociais da modernidade, Weber – deve-se identificar as bases para o funcionamento de um sistema democrático diverso daquele idealizado pela Europa no princípio do século passado. Florestan contempla as investidas nesse estudo ao permitir a visualização da heterogeneidade do desenvolvimento social e, portanto, político e econômico. Há, sem dúvida, uma mentalidade burguesa no Brasil, só que ela é completamente diferente da idealizada pelas teorias modernas (FERNANDES, 1981).

muitos deles descritos por Hamilton, Madison e Jay (1984) e, obviamente, Montesquieu (1996) – não teriam como funcionar plenamente no Brasil. Por isso que se diz no início deste trabalho que não faz sentido analisar a política simplesmente a partir das ações individuais dos que ali estão presentes – pelo menos não no universo epistêmico desse artigo.

Retomando Schumpeter, a democracia é sim um método³. Claro está que quando alguém se lança na luta política, tendo em conta o compromisso moral previamente descrito, denota uma capacidade política que outros não têm ou pelo menos ainda não visualizaram. No horizonte desse indivíduo, é patente o desejo de que essa assimetria desapareça com o passar do tempo e ocorra a efetividade das relações políticas.

Não obstante, quando encontrado no interior da estrutura política, esse indivíduo é coagido a atuar segundo as regras do jogo (PRZEWORSKI, 1989). Desse modo, ele fecha-se em suas ações como única forma na qual apoiar-se para que os debates políticos sejam conduzidos.

2. A democracia moderna e o seu ambiente legitimador

Dando prosseguimento aos raciocínios aqui desenvolvidos, a Teoria da Escolha Racional desponta como uma conveniente ferramenta analítica para a pesquisa aqui proposta. Claro, como enumerado anteriormente, há um claro discernimento entre o que deve ser considerado estrutura do aparelho político – capaz de influenciar notavelmente no resultado final e conduzir as ações dos indivíduos posicionados no plano político – e a ação do indivíduo político propriamente dita.

Uma análise a partir de uma perspectiva econômica da democracia, sobretudo impulsionada pelos estudos de Anthony Downs (1957), somente obterá sucesso, no caso proposto se se considerar o que fora dito anteriormente. Ou seja, deve-se retomar a questão de a tradição brasileira apontar uma tendência de os agentes políticos se apropriarem da coisa pública em benefício próprio; e também o fato de a estrutura política ocidental moderna, desenvolvida na Europa novecentista, possuir salvaguardas

³ Deseja-se deixar claro que compartilhar das assertivas schumpeterianas de que a democracia seja um método não significa compartilhar de imediato da assimetria entre os dois lados constituintes de uma relação política representativa, os representantes e os representados. Pelo contrário, o autor desse trabalho é claramente filiado a uma perspectiva gramsciana na qual a sociedade civil, quando organizada, possui um potencial político impulsionador da sua inserção na práxis política. A questão é justamente como impulsionar essa sociedade, tendo em conta os seus elementos estruturais, para essa ação política não matematizada.

que impulsionam a ação individual (o já mencionado ambiente competitivo da democracia representativa).

Sendo assim, há que se considerar dois tipos de vereadores: 1) um realmente condizente com a descrição do chefe dos clãs parentais apontados por Oliveira Vianna (1987); 2) outro proveniente, no sentido mais gramsciano do termo, da sociedade civil, absorvendo holisticamente os anseios desse segmento.

Esse caminho teórico permite que se aplique a teoria da escolha racional em uma escala mais larga. Isso porque o primeiro tipo de representante político, naturalmente, matematizaria seus ganhos a partir da sua tradição. Isso porque o seu interesse maior é a utilização do meio político para a consecução dos seus objetivos privados. O público, notoriamente, se confunde com o privado.

O segundo tipo de político, balizado na descrição de Gramsci, até tem boas intenções e um conteúdo moral que o identifique diretamente com os anseios políticos da sociedade civil. Porém, ele esbarra na estrutura competitiva que sustenta a democracia representativa, exigindo de sua parte um comportamento individual (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001). Nesse bojo, o que se observa realmente é uma retomada da teoria elitista de Michels, desenhada no princípio do século XX (MICHELS, 1982). Há uma patente oligarquização endossando a sua lei de ferro das oligarquias⁴.

De novo reconhecendo as contribuições de Schumpeter (1961), é preciso lembrar que teóricos mais contemporâneos como David Held o enquadram ao lado de Robert Michels (1982) e Max Weber (1999) ao descrever o sistema democrático visualizado na modernidade (HELD, 2002). Segundo Held, os três estudiosos possuem uma visão um tanto elitista da democracia – o denominado elitismo competitivo –, na qual somente alguns grupos sociais dotados de uma singularidade tipicamente encontrada em uma elite, poderiam e teriam a capacidade de participar do sistema político por dentro. Ou seja, as massas não teriam como se sustentar dentro dessa lógica democrática.

Enfim, reconhecer a democracia enquanto método é referendar esse plano analítico. Isto é, há claramente instrumentos que colocam o indivíduo dentro de uma sistemática conflitiva no momento em que tiver de se posicionar politicamente. Isso pode ser utilizado enquanto chave interpretativa para as duas sentenças: 1) tanto aquela

⁴ Dependendo da tradução de “Sociologia dos partidos políticos”, de Michels, pode-se encontrar lei de bronze das oligarquias.

que compreende o indivíduo político num sistema tradicional; 2) quanto aquela que o entende como alguém provindo da sociedade civil dotada de um potencial político.

A partir disso, é fácil compreender o primeiro tipo de edil aqui observado. Ele apenas se apossaria da política e toda a sua estrutura enquanto forma de maximização de seus interesses mais particulares – mais uma vez ressalta-se: o público confunde-se com o particular. A máquina pública passa, então, a ser vista como algo que está a seu serviço e todos os ganhos políticos adquiridos para a sociedade como um todo somente seriam possíveis a partir do momento em que tais ganhos não contradigam os interesses pessoais desse grupo de representantes.

Assim, pode-se observar os ganhos políticos da sociedade como sedimentos. Ou seja, o político-patriarca atinge a sua meta e, como resultado, benefícios surgem para a sociedade como “sobras”. Por exemplo: quando o representante consegue que o poder público pavimente uma via pública para que produtos de sua fazenda sejam mais facilmente escoados. Não há dúvida, neste caso, que a comunidade que vive ao redor da fazenda e depende dessa mesma via pública será beneficiada – observe que a existência dessa comunidade não precisa estar atrelada à da fazenda em questão.

Simon Schwartzman visualiza isso com muita clareza e assegura que esses elementos patriarcais são mais comuns no ambiente ainda longe do desenvolvimento econômico-social – mais claramente, da industrialização (SCHWARTZMAN, 1988). Isso porque quanto mais industrializado for determinada região, mais próximo é do modelo democrático em sua gênese.

Para agravar mais ainda o caso, o autor aponta para um movimento cíclico no qual esses representantes-patriarcas ao adentrarem no sistema político vão criando elementos autoritários dentro da própria estrutura política – eis talvez o porquê de o seu livro se chamar “Bases do autoritarismo brasileiro”. O movimento é de mão-dupla.

Contudo, Schwartzman cria um beco sem saída – o qual o presente trabalho não tem qualquer pretensão em solucionar. Ao conceber a via do desenvolvimento como forma de eliminar o elemento patriarcal – e, portanto, toda a causa do autoritarismo no sistema político brasileiro – ele não diz como o Brasil conseguirá superar os seus elementos tradicionais⁵. De alguma forma, encontra-se evidente em sua obra que o

⁵ Schwartzman, para descrever a evolução do elemento patriarcal dentro da política brasileira, utiliza constantemente como referencial o desenvolvimento de São Paulo. Segundo aponta, é neste estado em que pode-se encontrar o modelo de desenvolvimento propício para a instauração de um sistema democrático saudável. As regiões mais agrícolas distanciam-se deste referencial, apresentando maior propensão para o autoritarismo político típico do patriarcalismo.

caminho para o desenvolvimento industrial somente será possível a partir de iniciativas políticas. No entanto, o sistema político encontra-se formidavelmente amarrado em uma lógica autoritária-patriarcal. O desenvolvimento de São Paulo, paradigma do sucesso democrático, somente fora possível por elementos singulares que compuseram a história da região – desde a destituição de uma mentalidade aristocrática tradicional por parte de seus habitantes até a precoce utilização de mão-de-obra livre na região⁶.

Adianta-se aos leitores que pretende-se não cair no simplismo teórico que coloca liberalismo e capitalismo como sinônimos. Longe disso, reconhece-se as particularidades inerentes aos dois conceitos. A título de esclarecimento, referencia-se o liberalismo em Tocqueville e sua aguerrida luta pela manutenção dos direitos individuais. Ora, o que é “A democracia na América” senão uma forma de descrever um sistema político que tem como finalidade última a manifestação dos direitos individuais – confundidos, então, com individualismo (TOCQUEVILLE, 2005). Nunca o teórico francês concordaria com um governo de massas, com um sufrágio universal que pudesse dar voz aos setores tradicionalmente excluídos. Tocqueville sabia que referendar algo desse tipo implica, politicamente falando, restrições às liberdades individuais. Assim é que o autor faz urras ao sistema democrático americano, visivelmente provido de inúmeras salvaguardas à participação popular – tanto assim que Bernard Manin, quase 150 anos depois, afirma não haver nos Estados Unidos da América, uma democracia representativa, mas sim um governo representativo.

Por outro lado, a democracia representativa encontra um defensor em John Stuart Mill e todas as suas premissas universais de participação democrática (MILL, 1980). Ao defender o sufrágio universal, Mill afirma que a democracia e o liberalismo, as liberdades individuais, são inseparáveis e a última somente será possível a partir da primeira. Mill, ao olhar para as massas, o fazia desejando uma participação mais geral no sistema político, pois visualizava nessa participação a possibilidade de os indivíduos adquirirem muitos dos seus anseios sociais e, logicamente, políticos. A partir de então,

⁶ Mais uma vez, neste ponto, Florestan Fernandes apresenta contribuições inestimáveis ao focar a particularidade do desenvolvimento de São Paulo, geralmente associado à questão dos bandeirantes e tropeiros que por ali passavam e um dia ali se estabeleceram; e também à crescente adoção de mão-de-obra livre, proveniente, de início em sua maior parte, de imigrantes europeus. Desse modo fora possível o desenvolvimento de uma mentalidade tipicamente burguesa de forma a criar condições para a emancipação da região no que tange ao tradicionalismo. Nunca é demais lembrar que essa mentalidade burguesa foi quem deu o sustentáculo necessário ao liberalismo no Brasil. Até então esse liberalismo vinha comprimido pela lógica patriarcal predominante no restante do país e somente conseguia algum nível de manifestação a partir de ligações diretas com o exterior – antes de São Paulo ele nunca fora autônomo (FERNANDES, 1981).

quando os indivíduos se comportassem na busca de sua felicidade individualmente, a sociedade como um todo prosperará⁷.

Os parágrafos anteriores procuraram, antes de tudo, desenvolver a questão da democracia e do ambiente no qual ela opera para que se possa posicionar mais claramente no campo teórico, os dois tipos de representantes políticos descritos previamente. A partir disso, aplicar-se-á em larga escala as premissas condizentes com a teoria da escolha racional. Isto é, desejou-se antes de tudo, construir o terreno no qual a vertente de interpretação econômica da democracia pudesse efetivamente ser operada.

Assim sendo, quando eleitos, esses representantes políticos podem comportar-se das duas maneiras descritas anteriormente. Quando há realmente um compromisso moral por parte dos representantes políticos para com as suas bases eleitorais, parte-se do princípio de que o representante tem de firmar-se no cargo como forma de tentar realizar esses compromissos. Assim sendo, ele passa a jogar de acordo com as regras, pois de um lado encontra-se comprimido pelo compromisso moral, de outro, coagido pelo sistema democrático representativo que exige um comportamento competitivo, induzindo-o a ações individuais.

Naturalmente, os esforços para manter-se no cargo ressonam no plano comunicativo estabelecido para a sua gestão. O contato estabelecido para com suas bases passa a orientar boa parte de suas ações. De alguma maneira, tenta esse político aproximar-se de suas bases. A frustração de não conseguir realizar alguns dos anseios de seus eleitores imprimem um vazio do discurso – do tipo “vamos mudar de assunto”. Todavia, há sempre a esperança de conseguir mediante a sua ação política, o que o impulsiona sempre a “tentar mais uma vez”.

Dessa forma, esse político torna-se refém da própria política não desejando desapontar os seus eleitores ao mesmo tempo em que não consegue dar andamento às medidas traçadas inicialmente. Esse traçado se assemelha àquilo que Adam Przeworski (1989) mapeou como sendo o natural caminho das socialdemocracias. Perry Anderson também sustenta a premissa da mudança de agenda dos partidos de esquerda ao apresentar um interessante mapa da Europa Ocidental ao longo de todo o século XX. O que se observa, de maneira geral, é o desvio da meta original desses partidos, sendo, por sua vez, obrigados a atentar para o jogo democrático. As reformas dão lugar à

⁷ De alguma maneira, encontram-se nestes dísticos as bases para a fundação do sistema teórico utilitarista que perseverou ao longo do século XIX até meados do século XX. De modo geral, o utilitarismo sustentou as bases argumentativas do liberalismo no campo da política até ser realmente posto a prova em 1971, com a teoria da justiça como equidade, de John Rawls (RAWLS, 2002; GOROVITZ, 1982).

revolução, sendo cada vez mais amenas – ou esses partidos fazem as reformas conforme as possibilidades do sistema democrático, capitalista, ou não conseguem se reeleger. Há, notavelmente, a troca do horizonte transformador revolucionário para o reformista após visualizar-se a impossibilidade de uma mudança mais brusca – a socialdemocracia passa a adotar a lógica da competição por votos inaugurada pela democracia representativa moderna (ROCHA RODRIGUES, 2009).

No outro extremo, de maneira mais simples, encontram-se os representantes-patriarcas que simplesmente almejam conquistar seus objetivos particulares. Para tanto, precisam de votos para manter-se no poder. Assim é que o contato que passam a estabelecer com a sociedade civil, por via da comunicação, também cai no vazio, com materiais comunicativos banais, desprovidos de qualquer conteúdo realmente político. O objetivo é manter o nível do conhecimento político de seus eleitores em um nível inferior, de forma a evitar os processos hegemônicos-ideológicos identificados por Antonio Gramsci (2007).

É nesse cenário que apresenta-se os dados da pesquisa realizada em 2007 com 19 vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora. O que sustenta as observações aqui feitas, além do conhecimento teórico esboçado previamente, são as observações quanto aos materiais informativos, destinados à comunidade juizforana, seus conteúdos, e a compreensão que cada um desses vereadores têm do seu mandato.

Isso porque é óbvio que os dois caminhos desenhados anteriormente – os dois tipos de políticos – implicam diferentes concepções de mandatos políticos. Quando um representante, como um edil, passa a ter um conceito de mandato um tanto distorcido do ideal, notoriamente há conseqüências para a sociedade como um todo.

3. A razão orientadora da ação política

Somente a partir da consideração dos pressupostos anteriores é que seria pertinente referenciar-se na escolha racional enquanto instrumento analítico. Ou seja, há toda uma lógica estrutural que comprime os agentes políticos a uma ação individualizada, centrada na perspectiva da maximização dos ganhos ou minimização das perdas (ELSTER, 1989; PRZEWORSKI, 1989). Como bem indica Jon Elster em seu ensaio sobre a ação racional humana, Ulisses se prende ao mastro do navio por considerar que

as sereias o encantariam e o levariam para o fundo do mar. A razão de Ulisses foi quem o aprisionou ao navio (ELSTER, 1989).

Em termos políticos, os representantes prendem-se, em alguma medida ao cargo no qual ocupam de maneira exclusivamente racional. Para tanto, orientam suas ações através de sua racionalidade de maneira que se perpetuam no cargo público. Isso é facilmente observável a partir do material comunicativo elaborado pelos gabinetes de tais representantes.

Ter em consideração todo o preâmbulo desse artigo permite uma fuga a um olhar superestimado da Comunicação Social enquanto se posiciona como ciência. Essa perspectiva analítica é facilmente observada em trabalhos como o de Wilson Gomes, “As transformações da política na era da comunicação de massas” (2004), e de Roger-Gérard Schwartzberg, “O Estado espetáculo” (1977). Neles os autores descrevem todo um processo de metamorfose sofrido pela política enquanto posicionada na lógica midiática. Ou seja, a política se transforma ao ingressar na ótica da propaganda política, da midiaticização.

Todavia, como já fora demonstrado anteriormente, pode-se pressupor que, aqui, o caminho seguido será um tanto distante de um que subestime a política enquanto campo – no entendimento mais clássico de Pierre Bourdieu (2007). Isso porque a política possui uma sistemática própria capaz de orientar todo o movimento daqueles que nele estão inseridos. Neste caso, a comunicação, a propaganda enfim, é mais um instrumento – criado depois da política e apropriado por ela – utilizado pela política e pelos políticos em suas ações.

O conceito de *habitus* de Bourdieu e apropriado por Wilson Gomes (2004) como forma de explicar as transformações cognitivas dos seres humanos quando expostos ao conteúdo propagandístico, pode ser avaliado, também, no sentido contrário. Ou seja, a política, por si só, já deve ser considerada um campo – e Bourdieu há de concordar com isso – e, portanto, é dotada de um *habitus* orientador, no plano cognitivo, das ações dos próprios indivíduos ali presentes (2007).

Sob esse prisma, o comportamento puramente racional de maximização de ganhos e minimização de perdas, orientador do comportamento humano a partir do viés metodológico da escolha racional, ganha em consistência teórica. Como mencionado anteriormente, o referencial para este trabalho encontra-se em entrevistas feitas com os 19 vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora, no qual procura-se entender a compreensão que cada um deles tem de seus mandatos. Para tanto, perguntas como “há

quem o senhor acha que pertence o seu mandato” permite uma compreensão da posição ocupada por esse parlamentar se se tomar em consideração a descrição dos dois tipos de políticos aqui apresentadas.

Da mesma forma, o material informativo coletado nos gabinetes, permite uma referência no que tange ao tipo de proximidade que esses políticos tentam estabelecer com as suas bases eleitorais. Qual o contato que estabelecem com essas bases? Há um verdadeiro interesse informativo e, portanto, de mobilização dessa sociedade civil? É possível restaurar as análises gramscianas da guerra de posições e dos processos hegemônicos a partir de operações ideológicas feitas por tais parlamentares (GRAMSCI, 2007)?

Os estudos abaixo se não fornecerem a resposta, darão uma contribuição para projetos futuros de análises das atuações dos parlamentares na esfera municipal, estadual ou mesmo federal. O interesse é muito mais o de ficar com o bônus da pergunta do que propriamente com o ônus da resposta.

4. Dados dos vereadores de Juiz de Fora⁸

As formas de se comunicar com suas bases eleitorais eram as mais diversas, podendo observar desde materiais informativos produzidos pelos gabinetes estendendo-se a *sites* pessoais. Notavelmente, o mecanismo adotado pelo edil implica o pressuposto que tenha quanto aos seus eleitores. De uma forma ou de outra, em função do material informativo utilizado, é importante que se considere a maneira como esse material será disponibilizado à comunidade. Por exemplo, se um parlamentar se comunica exclusivamente pela *internet*, por via de e-mails ou página da *web*, pressupõe-se uma relativa facilidade de acesso por parte da base eleitoral. O mesmo é se se pensar em material impresso: não faria sentido que esse material fosse distribuído somente no gabinete. Ou seja, através desses instrumentos empíricos já é possível observar uma predisposição dos representantes para com as suas bases.

Quanto ao questionário, a sua estrutura é composta majoritariamente por perguntas objetivas (múltipla escolha), discursivas e um terceiro tipo que mescla os dois anteriores. É importante ressaltar que em momento algum os parlamentares tiveram cerceada a liberdade de recusar as respostas pré-codificadas. Foi-lhes possível assinalar

⁸ Os dados aqui apresentados foram coletados de Wallace Faustino da Rocha Rodrigues (2007).

mais de uma alternativa, assim como acrescentar opções e observações que acreditassem completar algo que considerassem incompleto.

Os questionários foram aplicados por pesquisador mediante agendamento de entrevistas com os depoentes. Alguns dos vereadores pediram para responder na ausência do inquiridor e solicitaram um prazo para a entrega das respostas. Toda a pesquisa foi feita durante os meses de novembro e dezembro de 2006. A escolha do período se deu por estar na exata metade do mandato eleitoral de cada um dos parlamentares – período, também, imediatamente posterior às últimas eleições legislativas federal e estadual. Portanto, acredita-se que ainda não há desvios de atenção para as eleições municipais de 2008 – pelo menos não em grande medida a ponto de interferir no resultado final dos estudos.

Logicamente, não há espaço para uma análise completa de todas as perguntas do questionário. Assim, procurar-se-á enfatizar aquelas contemplem melhor uma dimensão avaliativa da ação desses parlamentares frente ao seu mandato e à sua base. Para tanto, iniciar-se-á com perguntas que tentam compreender a concepção que esses representantes têm de seus mandatos (questões 1 e 21):

Pergunta 1: A atividade parlamentar (ou seja, a representação política) convive com variados atores sociais simultaneamente. No exercício de seu mandato, o senhor considera que deve fidelidade prioritariamente a quais desses atores (colocando-os em ordem de importância)?	
Opções ordenadas como primeira ou segunda alternativas (em seqüência decrescente de incidência)	Percentual dos 19 vereadores que incluíram a alternativa como primeira ou segunda opção
População de Juiz de Fora em geral	84,2%
Sua consciência, independentemente de qualquer outro fator externo	47,36%
Nota: Um vereador rasurou a questão, ficando de fora, portanto, dos dados finais	

Pergunta 21: O senhor considera que seu mandato pode ser melhor definido por qual das sentenças abaixo?	
Alternativas apresentadas	Percentual de vereadores que escolheram a alternativa
O mandato é um exercício de consciência individual	52,63%
O mandato apenas cumpre as tarefas que lhe foram delegadas pelos eleitores	36,84%
O mandato apenas cumpre as tarefas que lhe foram delegadas pelos movimentos sociais organizados	15,8%
O mandato é eminentemente partidário, mesmo que em desacordo com os desejos de minha base	10,5%

Como nessa pergunta os vereadores, de modo geral, marcaram mais de uma alternativa, esboça-se, logo abaixo, um mapa das respostas apresentadas.

Pergunta 21: O senhor considera que seu mandato pode ser melhor definido por qual das sentenças abaixo?	
Quantidade alternativas assinaladas pelos vereadores	Percentual de vereadores que assinalaram as alternativas (dato quantitativo)
Apenas uma alternativa	63,15%
Mais de uma alternativa	21%
Nenhuma alternativa, complementando a questão discursivamente	15,8%

Dos 19 vereadores, três (15,8%) não assinalaram nenhuma das alternativas, dando diferentes complementos que estão expostos na seção seguinte. A opção por mais de uma alternativa se deu em quatro dos entrevistados (21%) (que acreditam na complementaridade delas) e outros 12 (63,15%) marcaram apenas uma (alguns ainda fizeram observações).

Diante disso, 10 entrevistados (52,63%) consideram que o mandato é um exercício de consciência individual. Outros sete (36,84%) afirmam que ele apenas cumpre as tarefas que lhe foram delegadas pelos eleitores. A classificação do mandato como cumpridor das tarefas que lhe foram delegadas pelos movimentos sociais organizados foi opção de três vereadores (15,8%), enquanto que dois (10,5%) o crêem como eminentemente partidário, mesmo que em desacordo com suas bases eleitorais.

A importância atribuída à consciência é condizente com o levantamento feito na primeira questão, na qual nove parlamentares (47,36%) colocaram em primeiro ou

segundo lugar a consciência como ator político a quem devem fidelidade. A partir disso, tendo em vista, também os materiais informativos analisados, observa-se que a comunicação política dos vereadores está ligada à arbitrariedade dos próprios e não propriamente às demandas provenientes das bases⁹.

De certa forma, é inevitável perceber uma autonomização da política frente à sociedade civil, a criar uma visível separação entre as duas instâncias. Notoriamente, é visível a problemática ao que toca no plano de estruturação e fortalecimento dessa mesma sociedade. Levando em conta os estudos de Bresser-Pereira acerca do posicionamento da sociedade civil frente ao Estado, uma separação abrupta dos dois segmentos impede que haja processos hegemônicos dentro do seio social de forma a alavancar politicamente essa sociedade (BRESSER-PEREIRA, 1995).

Contudo, sabe-se que participações apenas aparentes existem. Dagnino mostra como é possível a criação de ambientes teoricamente participativos sem que ocorra, contudo, um real processo deliberativo com decisões tomadas pela própria sociedade (DAGNINO, 2002 e 2004). A perversidade desse fato está na criação de uma cultura vazia de um discurso realmente político, criando um ambiente um tanto oportunista para os atores políticos e seus interesses. Assim é que deseja-se, agora, chamar a atenção para a compreensão e relação que esses vereadores têm de suas bases eleitorais (perguntas 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20).

Pergunta 9: O senhor considera que tenha uma base eleitoral mais concentrada (em uma região, uma categoria profissional etc) ou mais dispersa?	
Alternativas apresentadas	Percentual de vereadores que escolheram a alternativa

⁹ Neste caso, abre-se parênteses para o fato de não ter sido encontrado material informativo voltado diretamente para movimentos sociais organizados, demonstrando uma relativa desarticulação dos edis frentes à sociedade civil organizada.

Dispersa	68,42%
Concentrada	26,31%
Nota: Um vereador (5,26%) não respondeu à questão	

Pergunta 10: O senhor avalia que a sua eleição foi fortemente influenciada por suas ligações com algum movimento social específico?	
Alternativas apresentadas	Percentual de vereadores que escolheram a alternativa
Sim	57,9%
Não	42,1%

Pergunta 13: Em média, quantos dias por mês o senhor dedica ao contato com as bases eleitorais, fora da Câmara?
Média geral de dia dedicados por mês ao contato com as bases, em atividades fora da Câmara

14,63 dias/mês

Nota: Para a obtenção da média aritmética foram consideradas, apenas, as respostas apresentadas sob forma numérica. Desta forma, tem-se uma redução da média geral.

Pergunta 13: Em média, quantos dias por mês o senhor dedica ao contato com as bases eleitorais, fora da Câmara?

Respostas apresentadas discursivamente pelos vereadores	Percentual de vereadores por respostas aproximadas
“Todos os dias” ou “praticamente todos os dias”	26,31%
30 dias	26,31%
Menos de 15 dias	10,5%
Outras respostas	36,84%

Nota: As respostas dessa questão foram condensadas de forma que tivessem seus sentidos aproximados para facilitar o entendimento dos dados.

Pergunta 14: Em média, quantas horas por dia, dentro da Câmara, o senhor dedica a atender (pessoalmente, por telefone ou por e-mail) representantes de suas bases eleitorais?

Média geral de horas dedicadas por dia ao atendimento de representantes das bases, em atividades dentro da Câmara

5 horas/dia

Nota: Para a obtenção da média aritmética foram consideradas, apenas, as respostas apresentadas sob forma numérica. Dois parlamentar es não responderam à questão, diminuindo a média final.

Pergunta 16: Quais são, por ordem de freqüência, os principais motivos pelos quais suas bases o procuram?

Opções ordenadas como primeira ou segunda alternativas (em seqüência decrescente de incidência)

Percentual de vereadores que incluíram a alternativa como primeira ou segunda opção

Ajudar a resolver problemas pessoais	63,15%
Intermediar contatos com outras autoridades	36,8%
Nota: Um vereador rasurou a questão, ficando de fora dos resultados finais	

Pergunta 17: De toda a sua atividade parlamentar, que percentual o senhor acredita dedicar ao atendimento das demandas de sua base eleitoral?	
Percentual médio do tempo total do parlamentar dedicado ao atendimento das bases, dentro e fora da Câmara	
54,2%	
Nota: Um vereador não respondeu, diminuindo a média geral calculada	

Pergunta 17: De toda a sua atividade parlamentar, que percentual o senhor acredita dedicar ao atendimento das demandas de sua base eleitoral?	
--	--

Respostas apresentadas discursivamente pelos vereadores	Percentual de vereadores por respostas aproximadas
50% do tempo ou mais	68,42%
Menos de 50%	31,76%
<p>Nota: As respostas dessa questão foram condensadas de forma que tivessem seus sentidos aproximados para facilitar o entendimento dos dados.</p>	
<p>Pergunta 18: Qual é a sua principal base eleitoral?</p>	
Alternativas apresentadas	Percentual de vereadores que escolheram a alternativa

Impossível delimitar, pois o voto é disperso por quase todo o município	42,1%
Sua região (bairro e proximidades)	31,58%
Movimento social	21%
Movimento sindical	10,5%
<p>Nota: Alguns vereadores assinalaram mais de uma alternativa. Outro parlamentar (5,26%) criou uma opção extra.</p>	

Pergunta 19: Qual a principal forma de comunicação que o senhor utiliza com suas bases eleitorais?

Alternativas apresentadas	Percentual de vereadores que escolheram a alternativa
Procuvo-os pessoalmente em suas localidades	63,15%
Mala-direta	57,89%
Boletins informativos	36,84%
Jornais impressos	36,84%
Correio eletrônico	31,57%
<i>Site</i> pessoal	26,31%
Nota: Nenhum parlamentar declarou não procurar suas bases eleitorais	

Pergunta 20: Com qual periodicidade o senhor se comunica com sua base eleitoral?

Respostas apresentadas, discursivamente, pelos vereadores	Percentual de vereadores por respostas aproximadas
“Diariamente”, “freqüentemente”, “sempre” ou “praticamente todos os dias”	63,15%
Pelo menos uma vez por mês	21%
“Bimestralmente” ou “semestralmente”	10,5%

Nota: As respostas dessa questão foram condensadas de forma que tivessem seus sentidos aproximados para facilitar o entendimento dos dados.

Para facilitar a análise do trabalho e a leitura, segue-se a ordem das questão apresentadas previamente. Segundo consta, a partir dos dados obtidos com a questão 9, é visível a alocação da população de Juiz de Fora, de modo geral, como o centro da atenção política dos vereadores. Comparando com o material informativo disponibilizado ao pesquisador, realmente, a direção tomada pelos entrevistados, em termos de base eleitoral, é mais abrangente e, portanto, dispersa.

Os números apresentados pelas respostas à pergunta 10 não discrepa muito quanto aos parlamentares que dizem possuir funcionários provenientes de movimentos

sociais. Neste quadro, ao que diz respeito às bases eleitorais, incluindo movimentos sociais organizados, e à origem dos candidatos, parte-se do pressuposto de que a comunicação política atenderia a esse sentido e corresponderia aos anseios dos eleitores.

Algum direcionamento a segmentos sociais específicos, que por ventura tenham sido observados, foi encontrado nos escassos conteúdos produzidos pelos gabinetes. Fica claro através destes que as políticas comunicacionais com o intuito real de uma prestação de contas – *accountability* – são praticadas por uma minoria da vereança. A maioria comunica-se (pouco) apenas com o objetivo de ampliação da base eleitoral – entra em questão aqui o aspecto eleitoral não mais presente a cada quatro anos, mas durante todo o mandato (GOMES, 2004).

Como fora mencionado anteriormente, é importante considerar a compreensão que os representantes têm de seus representados para contemplar de forma mais completa as particularidades engendradas na comunicação política. Notavelmente, a noção que os políticos tenham de suas bases obviamente interferirá nas estratégias comunicativas utilizadas.

Da mesma forma, a periodicidade com a qual esses parlamentares comunicam-se com os eleitores reverbera os efeitos dessa compreensão. A questão 13 pede que o vereador indique quantos dias por mês se dedica ao atendimento de demandas de sua base. Para facilitar o entendimento, a resposta foi exposta sob a forma de média aritmética, totalizando 14,63 dias. Respostas através de expressões totalizadoras como “todos os dias” ou “praticamente todos os dias” foram apresentadas por cinco vereadores.

A pergunta 14 é semelhante à anterior. Todavia, sua preocupação é quanto ao atendimento (pessoal, por telefone ou por e-mail) dentro da Câmara Municipal. O objetivo com esse tipo de questão – e a necessidade de se ressaltar as diferenças entre dentro e fora da Casa Legislativa – está no fato de que, em seu interior, acredita-se que o parlamentar tenha o trabalho inclinado mais para sua função legislativa (LEAL, 2005). Não se pretende dizer que o atendimento a bases parlamentares dentro dos gabinetes seja condenado, pelo contrário, procura-se entender as relações dos entrevistados com estas propriamente dentro do exercício do Poder Legislativo. Um alto índice de contato com as bases, neste caso, pode pressupor uma vida política intensa.

Os dados levantados revelam que o contato com as bases, de maneira geral, ressona no plano mais pessoal, distante da modalidade política. É fato, nessa lógica, que o material comunicativo utilizado pelos parlamentares passa longe de uma discussão

realmente política – no sentido próprio do esclarecimento. Isso apenas reforça o elemento eleitoral e, portanto, racional, condizente ao ambiente político de uma democracia representativa – tal como descrito no princípio deste artigo¹⁰.

Um constante contato entre os parlamentares e suas bases pressupõe um intenso diálogo. Os dados levantados pela questão 17 apontam para a existência de um caráter permanente no que tange à esses contatos. Não obstante, o conteúdo do suposto diálogo a sustentar esse contato é comprometido ao se observar mais detalhadamente para a pergunta 16, que pede ao vereador para indicar quais os principais motivos pelos quais as suas bases o procuram. A grande maioria dos entrevistados alocou a busca por ajuda para a resolução de problemas pessoais em primeiro lugar. De fato, o oportunismo racionalizador opera justamente nessa brecha encontrada pela estrutura social seriamente comprometida em termos políticos.

O interessante da pergunta 19 é observar como que todos os parlamentares dizem estabelecer algum tipo de contato, mínimo que seja, com as suas bases. Reconhece-se, então, uma preocupação em estabelecer um elo comunicativo com tais eleitores como algo fundamental ao se pensar no processo político-eleitoral como um todo.

Complementando os apontamentos imediatamente anteriores, a pergunta de número 20 questiona sobre a frequência com a qual os parlamentares entram em contato com as respectivas bases eleitorais. 12 vereadores apresentaram respostas abrangentes, do tipo “diariamente”, “freqüentemente”, “sempre” ou “praticamente todos os dias”. Apenas dois entrevistados declararam comunicar-se com as bases em intervalos de tempo mais espaçados como “bimestralmente” ou “semestralmente”.

A partir desses dados devidamente cotejados é possível fazer reflexões quanto ao comportamento individualizado dos atores políticos aqui focados. Repetindo, retoma-se, com vigor, a Teoria da Escolha Racional enquanto ferramenta analítica para se analisar o movimento político no seio da estrutura do Estado – neste caso, o órgão legislativo. Para mais certezas acerca dessa problemática – de forma a abrir espaço para uma conclusão –, enfatiza-se nas próximas páginas as perguntas que demonstram um caráter mais individualista desses representantes políticos (questões 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8).

¹⁰ De modo geral, a permanência do processo eleitoral sinaliza para a existência dessa lógica racionalizadora tão enfatizada pela teoria da escolha racional. Ou seja, o vigor de sua epistemologia é retomado se se considerar todo o processo e ambiente estrutural aqui descrito e endossado pelos dados coletados junto à Câmara Municipal de Juiz de Fora.

<p>Pergunta 1: A atividade parlamentar (ou seja, a representação política) convive com variados atores sociais simultaneamente. No exercício de seu mandato, o senhor considera que deve fidelidade prioritariamente a quais desses atores (colocando-os em ordem de importância)?</p>	
<p>Opções ordenadas como primeira ou segunda alternativas (em seqüência decrescente de incidência)</p>	<p>Percentual dos 19 vereadores que incluíram a alternativa como primeira ou segunda opção</p>
<p>População de Juiz de Fora em geral</p>	<p>84,2%</p>
<p>Sua consciência, independentemente de qualquer outro fator externo</p>	<p>47,36%</p>
<p>Nota: Um vereador rasurou a questão, ficando de fora, portanto, dos dados finais</p>	

<p>Pergunta 2: O senhor considera correto o partido fechar questão e utilizar o recurso da fidelidade partidária?</p>	
<p>Alternativas apresentadas</p>	<p>Percentual de vereadores que escolheram a alternativa</p>

Sim	63,15%
Não	34,85%

Pergunta 3: Considera que sua eleição se deu mais ao fato de ser filiado a um partido ou ao fato do senhor ter um trabalho político individual bem desenvolvido?	
Alternativas apresentadas	Percentual de vereadores que escolheram a alternativa
Não	94,73%
Sim	10,5%
Nota: um vereador assinalou as duas opções	

Pergunta 4: Como o senhor classificaria a influência das demais instâncias partidárias na atividade parlamentar da bancada?	
Alternativas apresentadas	Percentual de vereadores que escolheram a alternativa

Insuficiente	47,37%
Adequada	47,37%
Excessiva	5,26%

<p>Pergunta 5: Com que frequência o senhor participou, ao longo do mandato, de reuniões com outras instâncias partidárias?</p>	
Alternativas apresentadas	Percentual de vereadores que escolheram a alternativa
Freqüentemente	42,1%
Raramente	31,58%
De vez em quando	26,31%
Nunca	-

Pergunta 6: Essas reuniões foram importantes para sua tomada de decisão?	
Alternativas apresentadas	Percentual de vereadores que escolheram a alternativa
Sim	63,15%
Não	36,85%

Pergunta 7: Desejaria ter mais liberdade para tomar decisões?	
Alternativas apresentadas	Percentual de vereadores que escolheram a alternativa
Sim	52,63%
Não	26,31%
“Preferencialmente”	5,26%

Nota: A alternativa que se encontra entre aspas foi criada por um dos vereadores. Outros três entrevistados (15,79%) não responderam à questão

Nota-se com os dados desvendados pela primeira pergunta uma dispersão do sentido de comprometimento desses vereadores para com as bases eleitorais. Ou seja, de modo geral, entendem que devem obrigação, no que tange ao mandato, inicialmente à população de Juiz de Fora como um todo. O caráter abrangente apresentado por essa primeira questão deve-se ao fato de ela não se completar por si só. Na verdade, como é possível observar ao longo do artigo, ela funciona como um referencial para se averiguar outras respostas e identificar possíveis consonâncias e dissonâncias nas falas dos representantes.

Ao considerar os materiais informativos produzidos pelos gabinetes, percebe-se como realmente tais parlamentares dirigem-se à comunidade como um todo, e não a segmentos sociais particulares. Utilizando a variante da escolha racional, poder-se-ia dizer que a intenção esboçada por esses parlamentares ao forjar uma tentativa de comunicação para com a sociedade como um todo responde, na verdade, a um esforço de ampliar a base eleitoral.

Desponta como referência para estas análises, a relativa importância atribuída pelos vereadores à sua consciência, tendo-a como ator primordial no que se refere à sua fidelidade. Não é objetivo desse trabalho julgar a representatividade dos depoentes. Entretanto, para que se atenda aos propósitos do artigo, pontos como este devem ser considerados. Afinal de contas, a capacidade de discernir a preponderância dos atores sociais ao seu redor seria fundamental para a elaboração de qualquer estratégia política (LEAL, 2005).

Da mesma forma, a importância atribuída aos esforços individuais em sua eleição é corroborada pelo fato de não haver qualquer menção à legenda por parte dos entrevistados. Isso contribui para que se perceba a já mencionada individualização desta instância política e a consequente ação isolada desses políticos diante dos atores sociais.

A centralização da figura do político em detrimento de instituições como o partido político, por exemplo, é ressaltada pelo desejo de liberdade por parte dos vereadores para com a tomada de decisões. O diálogo que os entrevistados dizem ter com a legenda, por sua vez, não é evidenciado nos materiais informativos disponibilizados, deixando patente uma incoerência entre o que os representantes dizem fazer com o que eles realmente fazem. Nesse prisma, também cabe a interpretação de que esse diálogo pode não ser colocado em prática devido ao fato de o cotidiano da política “exigir” uma ação mais individualizada e racional.

5. Considerações finais

Dois pontos são desejosos de consideração a partir dos escritos acima: 1) o primeiro deles é o de tentar remar contra um simplismo cada vez mais constante na academia de radicalizar premissas epistemológicas como a da Teoria da Escolha Racional. Tenta-se, num movimento oposto, coaduná-la a elementos outros que são constantemente desconsiderados na avaliação da ação política, como os elementos estruturais a comporem o Estado Nacional Moderno e fatores culturais, inevitavelmente presentes em algumas sociedades que, de alguma forma, remetem a apelos no plano da cognição.

2) O segundo ponto é o de tentar revigorar a escolha racional enquanto um instrumento metodológico bastante eficaz na avaliação da ação e comportamento dos parlamentares, principalmente quando estrangidos a agir de maneira individualizada. Assim, os dados coletados a partir da pesquisa feita com os vereadores de Juiz de Fora, não fazem senão jogar luz à discussão de forma a salientar os elementos que apontam para a ineficiência política por parte desses parlamentares e, também, ao seu insulamento frente à sociedade civil como um todo.

Unido os dois extremos, consegue-se perceber, de uma forma mais moderada, como os vereadores são coagidos a agir de uma maneira um tanto individualizada a ressaltar esse comportamento competitivo típico da democracia moderna (HELD, 2002). Assim, compreende-se com mais clareza a importância da pergunta sobre a quem esses políticos representam. De modo geral, conclui-se que eles seguem uma lógica individualista em grande medida por serem compelidos a isso. Por conseguinte, a Teoria da Escolha Racional serve como ótimo instrumento analítico, metodológico, para análise da ação político-parlamentar.

Sabe-se, desde o início, que um tema como esse está longe de ser esgotado em um simples artigo. Portanto, reforça-se que pretende-se, como fora dito anteriormente, ficar com o bônus da pergunta ao ônus da prova, acreditando, antes de qualquer coisa, que os apontamentos aqui desenvolvidos servirão muito mais para iluminar estudos futuros que propriamente resolver um problema que sabe-se estar distante de uma solução.

6. Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Contraponto, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Bertand Brasil, Rio de Janeiro, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Estado, sociedade civil e legitimidade democrática*. Lua Nova, revista de cultura e política, n. 34, 1995: 85-104.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Representação política*. Ática, São Paulo, 1988.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedad civil, espacios públicos y democratización: Brasil*. Fondo de Cultura Económica, México, 2002.
- _____. *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* In: Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004: 95-110.
- DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. Harper & Row, New York, 1957.
- ELSTER, Jon. *Ulyses y las sirenes*. Fondo de cultura económica, México, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. FGV, Rio de Janeiro, 2001.
- GOMES, Wilson. *As transformações da política na era da comunicação de massa*. Editora Paulus, São Paulo, 2004.
- GOROWITZ, Samuel. (1982) *John Rawls, uma teoria da justiça*. In: CRESPIGNY, Anthony de (org.) *Filosofia política contemporânea*. Brasília, Editora Universidade de Brasília. pp. 265-280.
- GRAMSCI, Antonio. *Os cadernos do cárcere* (v. 3). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.
- HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O federalista*. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1984.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Alfa-ômega, São Paulo, 1976.
- LEAL, Paulo Roberto Figueira. *O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?* FGV, Rio de Janeiro, 2005.
- MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge University Press, Cambridge, 1997.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1982.
- MILL, John Stuart. *Considerações sobre o governo representativo*. Editora Universidade de Brasília, 1980.
- MONTESQUIEU, Barão de Secondat. *O espírito das leis*. Saraiva, São Paulo, 1996.

- OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva – os benefícios públicos de uma teoria dos grupos sociais*. Edusp, São Paulo, 1999.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*. Cia. Das Letras, São Paulo, 1989.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Martins Fontes, São Paulo, 2002.
- ROCHA RODRIGUES, Wallace Faustino da. *Perdas e danos: a impossibilidade do socialismo pela via democrática*.
_____. *A accountability dos vereadores na Câmara Municipal de Juiz de Fora*. Monografia de conclusão de curso (Comunicação Social, UFJF), Juiz de Fora, 2007.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Editora, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *O Estado espetáculo*. Círculo do livro, 1977.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Campus, Rio de Janeiro, 1988.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. Martins Fontes, São Paulo, 2005.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras* (v. 1 e 2). Itatiaia, Belo Horizonte, 1987.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade – fundamentos para uma sociologia compreensiva* (v. 1 e 2). Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1999.